



Desenvolvimento Curricular e Didática

As línguas na investigação científica: práticas e discursos na Universidade de Aveiro

Susana Pinto

spinto@ua.pt

Maria Helena Araújo e Sá

helenasa@ua.pt

Centro de Investigação “Didática e Tecnologia na Formação de Formadores”
(CIDTFF)

Resumo

Considerando que Instituições de Ensino Superior são espaços onde o conhecimento científico é produzido e disseminado, apresenta-se um estudo de caso da Universidade de Aveiro, Portugal, que pretende descrever práticas e discursos institucionais relativamente à utilização das línguas na investigação científica. Para descrição das práticas, foram recolhidos e analisados Relatórios Anuais das Unidades de Investigação da Universidade de Aveiro. Para acesso aos discursos institucionais, foram entrevistados oito atores institucionais, responsáveis pela investigação científica e pelo governo e coordenação da instituição. Os resultados apontam para uma convergência entre as práticas investigativas e os discursos institucionais relativamente ao papel e estatuto que as diferentes línguas adquirem na investigação científica: a língua inglesa surge, tanto nas práticas como nos discursos, como primordial para o processo de internacionalização da ciência; por outro lado, as outras línguas são percecionadas enquanto barreiras a essa internacionalização e ao sucesso científico-profissional do investigador.

Palavras-chave: Línguas; política linguística; investigação científica; instituições de ensino superior.

Abstract

Considering Higher Education Institutions as settings where scientific knowledge is produced and disseminated, a case study with the University of Aveiro, Portugal, will be presented which aimed at describing institutional practices and discourses concerning the use of languages in scientific research. In order to identify practices



within scientific research, documentary analysis of the Annual Reports of the Research Units of the University of Aveiro was carried out. In order to access institutional discourses, eight actors responsible for scientific research and management at the University of Aveiro were interviewed. The results underline that there is a convergence between research practices and the institutional discourses concerning the role and status that different languages have in scientific research: English is, both in practices and discourses, a primordial asset in science internationalisation process; on the other hand, other languages are perceived as barriers to that internationalisation and to researchers' scientific acknowledgement.

Keywords: Languages; language policy; scientific research; higher education institutions.

Résumé

Considérant les institutions d'enseignement supérieur comme des espaces où les connaissances scientifiques sont produites et diffusées, on présentera une étude de cas au sein de l'Université de Aveiro, Portugal, qui vise à décrire les discours et les pratiques institutionnels concernant l'utilisation des langues dans la recherche scientifique. Pour une description des pratiques nous avons recueilli et analysé des rapports annuels des unités de recherche de l'Université d'Aveiro. Pour accéder aux discours institutionnels nous avons interrogé huit acteurs institutionnels, responsables de la recherche scientifique et du gouvernement et de l'institution de coordination. Les résultats montrent une convergence entre les pratiques d'enquête et les discours institutionnels concernant le rôle et le statut qu'acquièrent différentes langues dans la recherche scientifique: la langue anglaise se positionne, à la fois dans la pratique et dans le discours comme un élément central dans le processus d'internationalisation de la science; en revanche, les autres langues sont perçues comme des obstacles à cette internationalisation et au succès scientifique et professionnel du chercheur.

Mots-clés: Langues; politique linguistique; recherche scientifique; institutions d'enseignement supérieur.

Introdução

A universidade tem sido, desde a sua génese, responsável não apenas pela educação/formação e pelo estabelecimento de relações com o contexto em que se insere, mas também pela produção e disseminação de conhecimento científico



e tecnológico enquanto fator importante que concorre para o desenvolvimento das sociedades. A juntar a estas missões, a internacionalização das suas atividades tem vindo a ser, crescentemente, valorizada o que torna a instituição universidade cada vez mais “business-oriented” e “competition-driven” (Denman, 2005, p.12).

Neste contexto, tem-se solicitado às universidades europeias que concorram para o desenvolvimento do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) e do Espaço Europeu de Investigação (EEI), que se pretendem “totalmente abertos ao mundo (...) e competitivos à escala mundial” (Conselho da União Europeia, 2007). Esta abertura ao mundo exige não apenas a modernização das universidades aos níveis do ensino, da investigação e da inovação (cf. Comissão das Comunidades Europeias, 2006), mas também a necessidade do desenvolvimento de políticas institucionais que tenham em conta o crescente contacto entre diversos sujeitos, línguas e culturas na academia e fora dela. Este é, efetivamente, um enorme desafio com o qual as universidades se deparam: a necessidade de uma reflexão(-ação) acerca das línguas e do papel que estas desempenham na atividade da academia, nas vidas dos diferentes atores institucionais, na integração europeia. Essa reflexão poderá ser um primeiro passo conducente à consciencialização da importância do desenvolvimento de políticas linguísticas de teor multilingue que abarquem os diferentes contextos institucionais, nomeadamente a investigação científica.

Tendo em conta este enquadramento, este texto focar-se-á num estudo de caso da Universidade de Aveiro (Portugal) no âmbito do qual se pretendeu descrever, analisar e discutir práticas e discursos institucionais relativamente à utilização das línguas na investigação científica. Para descrição das práticas, nomeadamente as línguas privilegiadas na publicação científica, realizou-se uma análise documental de 29 Relatórios Anuais das Unidades de Investigação e Laboratórios Associados da Universidade de Aveiro (UA). Para acesso aos discursos institucionais, foram entrevistados 8 representantes dos órgãos de governo e coordenação da instituição (2 Reitores, 3 Vice-Reitores, Responsável Institucional pelo Programa Erasmus, Coordenador da Área de Mobilidade e Integração Profissional e o Presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro). À totalidade dos dados foi aplicada uma análise de conteúdo de natureza categorial.

A análise das práticas e dos discursos institucionais permitiu compreender a forma como as línguas são percecionadas, valorizadas e utilizadas na investigação científica na UA.



Emergência de Políticas Linguísticas (Plurilingues) nas Universidades Europeias

O conceito de *política linguística no ensino superior*, cuja emergência na Europa se relaciona intimamente com o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), tem vindo a ser discutido à luz da importância que o plurilinguismo e o desenvolvimento de competências plurilingues assumem atualmente na construção do espaço europeu, nomeadamente do EEES e do EEI. Neste contexto "HEIs have to acknowledge that their mission has to include an institutional language policy" (Mackiewicz, 2009, s/p). A Comissão das Comunidades Europeias enfatizava isto mesmo no seu plano de ação:

"Os estabelecimentos de ensino superior desempenham um papel de primeiro plano na promoção, a nível social e individual, do multilinguismo. São particularmente bem-vindas as propostas no sentido de que cada universidade aplique uma política linguística coerente que clarifique o seu papel na promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística, tanto no seio da comunidade escolar como no meio mais vasto em que se insere" (2003, p.9).

O plurilinguismo surge, assim, como princípio fundamental no desenvolvimento e implementação de políticas linguísticas nas IES que deverão refletir acerca do papel das línguas "*in the academic and professional training they offer to their students and researchers, as well as to the language skills of academic and administrative staff*" (Tudor, 2008, p.52). Assim, a construção de uma dimensão europeia da educação e a promoção da empregabilidade e da mobilidade parecem surgir como dois motores que desencadeiam a importância das competências linguísticas, logo, de políticas de língua que preparem os sujeitos para se movimentarem em contextos cada vez mais diversos.

Esta constatação é corroborada pelas conclusões de alguns projetos europeus, pioneiros na área das políticas linguísticas no ensino superior, que têm chamado a atenção de especialistas na área das línguas, de líderes universitários e da própria Comissão Europeia para a importância da questão das línguas na criação de um EEES. Por exemplo, as conclusões do projeto *Thematic Network Project in the Area of Languages (TNP)*¹ remetem para a importância da promoção do multilinguismo na Europa e para o papel crucial aí desempenhado pelas IES que deverão realizar um esforço para promover a diversificação do ensino-aprendizagem de LE, preparando os estudantes para o mundo do trabalho. Esta conclusão é, também, enfatizada pelo projeto *Network for the exchange of information about good practices that*

¹ In <http://web.fu-berlin.de/elc/en/tnp1.html> (consultado a 27 de junho de 2007).



*serve to motivate language learners (MOLAN)*² que recomenda o desenvolvimento de políticas linguísticas plurilingues na medida em que “*plurilingualism and pluriculturalism are assets that students must possess upon completing their degrees if they are to be fully equipped for successful professional careers*”³.

Associados a estes fatores de teor mais pragmático, e que são enfatizados pelo discurso político europeu, verifica-se que, em determinada IES, surgem outros de natureza mais contextual e humanista que concorrem para o desenvolvimento e implementação de políticas linguísticas plurilingues. Estes fatores relacionam-se, por exemplo, com a situação sociolinguística de determinadas comunidades, com a existência de fortes minorias linguísticas ou com a coexistência várias línguas oficiais (Spolsky, 2004). Neste âmbito, o projeto *European Network for the Promotion of Language Learning among all Undergraduates (ENLU)*⁴ aponta para a presença de *variáveis nacionais* onde se inclui, por exemplo, a situação geográfica e linguística do país que se relaciona intimamente com a sua tradição ao nível do ensino-aprendizagem de línguas. O projeto conclui que países bi/multilingues, onde a tradição de formação linguística é recorrente, demonstram atitudes mais positivas face à aprendizagem de diferentes línguas e face à diversidade linguística e que estas atitudes podem apoiar e impulsionar o desenvolvimento de políticas linguísticas plurilingues no ensino superior. Pelo contrário, em países monolíngues, onde a aprendizagem de LE é limitada (ao nível das línguas oferecidas pelas escolas e dos níveis em que o seu estudo é obrigatório) parece haver uma preocupação bem menor com a promoção da sua aprendizagem no ensino superior.

O projeto chama ainda a atenção para a existência de *variáveis institucionais*: a (in)existência de uma política de internacionalização por parte das IES; a (in)existência de estruturas para o ensino-aprendizagem de línguas; a (in)existência de estruturas de decisão que promovam a reflexão e ação sobre formas de integrar a aprendizagem de línguas nos currículos académicos e, ainda, a (in)existência de indivíduos nos órgãos de poder máximo que se preocupem com as questões relacionadas com a diversidade linguístico-cultural.

Não obstante estes fatores, “*language policies are an important if perhaps underdeveloped part of overall higher education policies*” (Bergan, 2001, p.7), ideia que Tudor reforça ao referir-se a políticas linguísticas no ensino superior como

2 In <http://www.molan-network.org> (consultado a 25 de março de 2011).

3 In Handbook on good practice that serves to motivate language learners (pp. 13-16). In <http://www.molan-network.org> (consultado a 28 de março de 2011).

4 In <http://web.fu-berlin.de/enlu> (consultado a 15 de maio de 2008).



"something of a novelty" (2005, p.9). De facto, o conceito de *política linguística no ensino superior* no contexto europeu é relativamente recente e encontra-se, ainda, pouco desenvolvido. Ainda assim, a preocupação com o desenvolvimento de políticas linguísticas no seio das IES tem vindo a aumentar:

"... the academic community in languages has begun to aspire to set the agenda for languages in higher education (...) this is a necessary and inevitable aim. But dirtying our hands in the policy arena is a complex enterprise, with many dimensions to be encompassed, paradoxes to be unravelled, and the prospect of uncertain outcomes" (Kelly, 2003, p.102).

Como enfatiza o autor acima, o desenvolvimento e implementação de políticas linguísticas no ensino superior é uma tarefa bastante complexa, na medida em que implica o percorrer de um caminho no qual surgem diversos desafios. Um desses desafios relaciona-se com a necessidade de discussão e problematização do conceito não apenas no âmbito da formação, mas também no âmbito da investigação científica, como se expõe de seguida.

O desafio do plurilinguismo na investigação científica no ensino superior europeu

Ao longo do século XX, a comunicação internacional passou do uso de diversas línguas para uma clara predominância do inglês, especialmente no âmbito da investigação científica, surgindo um crescente número de cientistas a optar por publicar, primordialmente, em língua inglesa. Consequentemente, outras línguas ditas internacionais têm vindo a perder atratividade como "línguas de ciência". Esta questão relaciona-se, obviamente, com a internacionalização das atividades científicas, que parece concorrer para a existência de uma "ciência monolíngua", e deve ser situada no âmbito da importância que o plurilinguismo adquire atualmente para a coesão da União Europeia:

"Si l'on admet aujourd'hui l'importance du plurilinguisme pour la construction de l'identité européenne, la cohésion sociale et plus récemment le développement économique, il reste un dernier 'bastion' qui échappe encore largement à un tel questionnement, celui de la construction, de la transmission et de la mise en œuvre des savoirs, et en particulier des savoirs scientifiques et académiques" (Berthoud, 2010, p.5).

Neste contexto, assistimos a uma crescente preocupação, pelo menos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, acerca dos efeitos que o monolíngua pode ter na atividade científica. Esta preocupação não se tem vindo a refletir com igual acuidade no âmbito das ciências naturais, "*moins inclinés à voir dans les objets qu'ils construisent l'intrication des discours qui les portent et les manifestent, ou leur*



'*épaisseur communicative*', *comme si des objets restaient intouchés ou inaltérés par les processus langagiers servant à les exprimer*" (Berthoud, 2008, p.131).

De facto, se as línguas forem percecionadas apenas como veículos de comunicação e instrumentos de transmissão de saberes mais facilmente, no âmbito da investigação científica, uma língua poder-se-á impor enquanto língua franca. Alguns autores têm vindo a refutar esta perspetiva, considerando as línguas como veículos do pensamento e mediações simbólicas que intervêm de forma estruturante no conhecimento que é elaborado nas e pelas atividades discursivas. É nesse sentido que Mondada (2000, 2003) caracteriza o conhecimento científico como sendo *mediatizado* pelas línguas que o exprimem, *praxeológico* no sentido em que é dependente das práticas sociais no âmbito das quais é produzido, *situado* nos contextos sócio-espaciais da sua produção e *distribuído* na medida em que é construído de forma coletiva e interativa por diferentes atores.

Esta perspetiva vai conflitar com a adoção de uma língua franca na atividade investigativa que, de acordo com Berthoud, implicará o empobrecimento dos objetos científicos "par l'occultation de la richesse des points de vue sur ces objets" (2008, p.133). Natural será, então, que a ciência seja confrontada atualmente com uma questão central de política linguística:

"whether the present day hegemony of one language in the multilingual field of science will give way to the state of monolingual monopoly, just sketched, where English becomes the only allowable language of international and increasingly of national communication, possibly with irreversible consequences for other languages and their communities; or whether the national and international communities of science will oppose multilingualism being dissolved into monolingualism and opt for plurilingualism as a way to enrich the academic field" (Hamel, 2007,p.55).

Esta questão é relevante no que concerne à publicação dos resultados da investigação científica, mas também no que concerne à própria construção da ciência no âmbito de redes e projetos internacionais de investigação científica (cf. Chardenet, 2009; Melo-Pfeifer, 2010). Relativamente à publicação, muitos são os que concluem que atualmente é inevitável publicar em língua inglesa, sublinhando mesmo a necessidade de publicação apenas nessa língua. A corroborar esta ideia está o crescente número de revistas científicas que têm vindo a adotar uma política de publicação "*English-only*" (Phillipson, 2003), fruto de fatores socioeconómicos e políticos dos quais sobressai a ascensão dos Estados Unidos da América como a potência económica e política dominante ao nível mundial, principalmente após as duas Guerras Mundiais (cf. Hamel, 2007).



A necessidade de publicar em inglês relaciona-se, inevitavelmente, com os critérios de relevância e avaliação da ciência que se produz, essencialmente ao nível da avaliação dos investigadores e das unidades e laboratórios de investigação. Crescentemente, os investigadores e as estruturas investigativas em que se integram são avaliados pelo fator de impacto dos seus trabalhos, indicador utilizado em grande escala para avaliação científica e, por consequência, para atribuição de financiamento. A facilidade de medição deste fator de impacto deve-se à criação de bases de dados para armazenamento de informação científica e que permitem o acesso à literatura científica mundial (Garcia, 2000).

A maior parte das revistas que integram essas bases de dados publicam, quase exclusivamente, em língua inglesa (Axt, 2004; Meneghini & Packer, 2007). Assim sendo, os cientistas, cujas ambições científicas são, naturalmente, direcionadas pelo reconhecimento dos pares, são avaliados pelo fator de impacto da sua produção, sendo impelidos a publicar em inglês (cf. Falagas *et al.*, 2005).

Esta hegemonia da língua inglesa tem vindo a ser problematizada recentemente e a despoletar, ainda que apenas em círculos restritos, a discussão acerca do desenvolvimento de políticas linguísticas de teor multilingue no âmbito da investigação científica. Por exemplo, Meneghini & Packer sublinham a necessidade de as revistas científicas desenvolverem políticas linguísticas de publicação que tenham em conta uma utilização mais equilibrada das línguas de modo a ajudar a reverter "*the decline of other languages in international scientific communication*" (2007, p.113). Também Falagas *et al.* sublinham este aspeto, enfatizando a importância do envolvimento e colaboração de investigadores de todo o mundo "*in an open and unbiased discussion about the future of languages in science*" (2005, p.656).

Uma discussão sobre a política da língua na (publicação da) investigação terá que abordar, obrigatoriamente, a forma como é influenciada pela avaliação que se faz da investigação e, conseqüentemente, pela atribuição de fundos por parte das agências de financiamento. De facto, a ação dos agentes avaliadores e financiadores da investigação científica, nomeadamente em Portugal, está a contribuir para o reforço da representação do "inglês como (única) língua da ciência", ao colocarem a ênfase na importância da internacionalização da investigação e, de no âmbito dessa internacionalização, se considerarem quase exclusivamente os textos escritos em inglês e indexados em determinadas bases de dados.

No âmbito da investigação em Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente na



área da Educação, e como enfatiza Arriscado Nunes (2010) *“a questão da língua pode ser extraordinariamente importante”*, na medida em que a ciência que se faz deverá ter como principal objetivo ser apropriada pelos profissionais da educação, que dificilmente terão acesso a artigos científicos escritos em inglês, publicados em revistas com fator de impacto. Este é, efetivamente, um dos grandes constrangimentos que se colocam à investigação em Ciências Sociais e Humanas em Portugal: como conciliar a importância que é conferida à internacionalização da investigação pelos agentes avaliadores e financiadores com a obrigação social de dar a conhecer os resultados investigativos aos profissionais nacionais, de modo a intervir nas suas ações. Este constrangimento remete para uma questão, intimamente relacionada com a necessidade de uma reflexão acerca do desenvolvimento de políticas linguísticas no âmbito da investigação, enunciada pelo investigador acima: *“investigamos com quem, investigamos para quem, investigamos para quem?”*.

A primeira parte da questão acima enunciada sublinha o facto de que a questão das línguas na investigação científica se coloca, também, ao nível da construção do conhecimento científico. Sabemos que, cada vez mais, os investigadores se envolvem em redes e projetos plurilingues internacionais de investigação científica numa ação colaborativa de construção de conhecimento. Como enfatiza Lüdi *“La mobilité de la main d’oeuvre ne s’arrête pas devant les portes des laboratoires de recherche; de plus en plus souvent, des chercheurs de langues et cultures différentes collaborent dans les mêmes équipes”* (2010, p.21).

Algumas investigações que têm vindo a analisar o conhecimento científico e as suas condições de produção no âmbito de equipas plurilingues, observando as atividades sociais no âmbito das quais ele é produzido, sublinham que: a diversidade linguístico-cultural de equipas de investigação é uma mais-valia, na medida em que contribui para a emergência de novos conhecimentos (Cox, 2008); o plurilinguismo na investigação científica é valorizado e praticado, ainda que de formas diversas, pelos investigadores que, maioritariamente, o consideram *“une ressource positive qui permet une diversification des points de vue, ainsi qu’une exploitation des spécificités de chaque langue ou culture”* (Mondada, 2003, p.41); a construção de uma ciência plurilingue, por parte de equipas plurilingues de investigação, não é o resultado da justaposição de conhecimentos produzidos em diversas línguas e contextos, mas sim o resultado da produção e (re)interpretação dos conhecimentos através da interpenetração das línguas e dos contextos (Melo-Pfeifer, 2010); o plurilinguismo em redes de investigação permite não só um tipo de comunicação exolingue, potenciadora de diversidade cognitiva, de criatividade,



de inovação e de resolução de problemas, mas também a mobilização de uma dimensão intercultural (Lüdi, 2010).

Ainda assim, e como sublinha o autor acima, parece ser bastante difícil mostrar à própria comunidade científica e aos agentes avaliadores e financiadores da investigação científica as vantagens que advêm da construção plurilingue da ciência.

Metodologia

Este estudo integra-se num outro mais alargado: um estudo de caso da Universidade de Aveiro (UA), incidindo sobre os seus diferentes contextos de ação institucional - formação, investigação e interação com a sociedade -, com o qual se pretendia, entre outros objetivos, descrever práticas e discursos da comunidade universitária no que concerne à utilização das línguas e à promoção do plurilinguismo (Pinto, 2012).

Este texto debruça-se, especificamente, sobre as práticas (ação dos sujeitos/da instituição relativamente às línguas utilizadas na produção científica) e discursos (representações das línguas ao nível do seu estatuto, funções e importância na investigação científica) no âmbito do contexto da investigação. Para descrição das práticas institucionais, foi levada a cabo uma análise documental dos Relatórios Anuais das Unidades de Investigação e Laboratórios Associados relativos a 2003 (n. 16) e a 2007 (n.13). Esta análise permitiu caracterizar a UA no que concerne às línguas privilegiadas na publicação científica. Para acesso aos discursos institucionais, foram entrevistados oito atores institucionais, conforme se especifica no quadro 1:

Quadro 1: Entrevistados e codificação

Reitor	ER
Antigo Reitor	EAR
Vice-Reitor para a Investigação	EVR_I
Vice-Reitor para a Educação e Formação Graduada	EVR_FG
Vice-Reitor para a Formação Pós-Graduada	EVR_FPG
Responsável Institucional pelo Programa Erasmus	ERI_PE
Presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro	EP_AAUAv
Coordenador da Área de Mobilidade e Integração Profissional	EC_AMIP

No quadro seguinte apresenta-se o objetivo das entrevistas, já acima referido, e as



questões analisadas no âmbito deste texto.

Quadro 2: Entrevistas aos atores institucionais

Objetivo	Questões
Descrever representações das línguas ao nível do seu estatuto, funções, importância e modos de existência na investigação científica.	<ul style="list-style-type: none">- A análise dos Relatórios Anuais das UI permitiu concluir que cerca de 70% da produção científica é redigida em língua inglesa e que as publicações em língua portuguesa surgem muito abaixo. Para além disso, quase nada é publicado em outras LE. Gostaria que comentasse este resultado.- Pensa que este uso quase exclusivo do inglês como língua da ciência tem consequências negativas ao nível da ciência que se faz?- A constituição crescente de redes internacionais de investigação tem conduzido à emergência de experiências científicas plurilingues e interculturais. Que mais-valias vê neste cenário? Que problemas?

A análise das respostas permitiu identificar diferentes tipos de representações das línguas na investigação científica, que agrupámos em três grandes categorias, definidas da seguinte forma (ver Pinto, 2012, p. 271):

- *Língua e internacionalização da investigação* – línguas enquanto estratégias de disseminação e internacionalização da ciência a diversos níveis: publicação de resultados da investigação científica, constituição de redes e projetos internacionais de investigação científica e organização de conferências; numa perspetiva oposta, representações das línguas de publicação como barreiras à disseminação e internacionalização do conhecimento científico e como obstáculos à valorização de determinadas áreas científicas.

- *Língua como instrumento de acesso ao conhecimento científico* – línguas enquanto instrumentos de obtenção de informação que permite aceder (à) e participar na cada vez maior “comunicação científica global”.

- *Língua como instrumento de sucesso científico-profissional do investigador* - línguas enquanto instrumentos que são utilizados pelos investigadores, numa perspetiva individual, para obtenção de reconhecimento científico-profissional (a nível nacional e internacional) na área científica em que se movimentam.

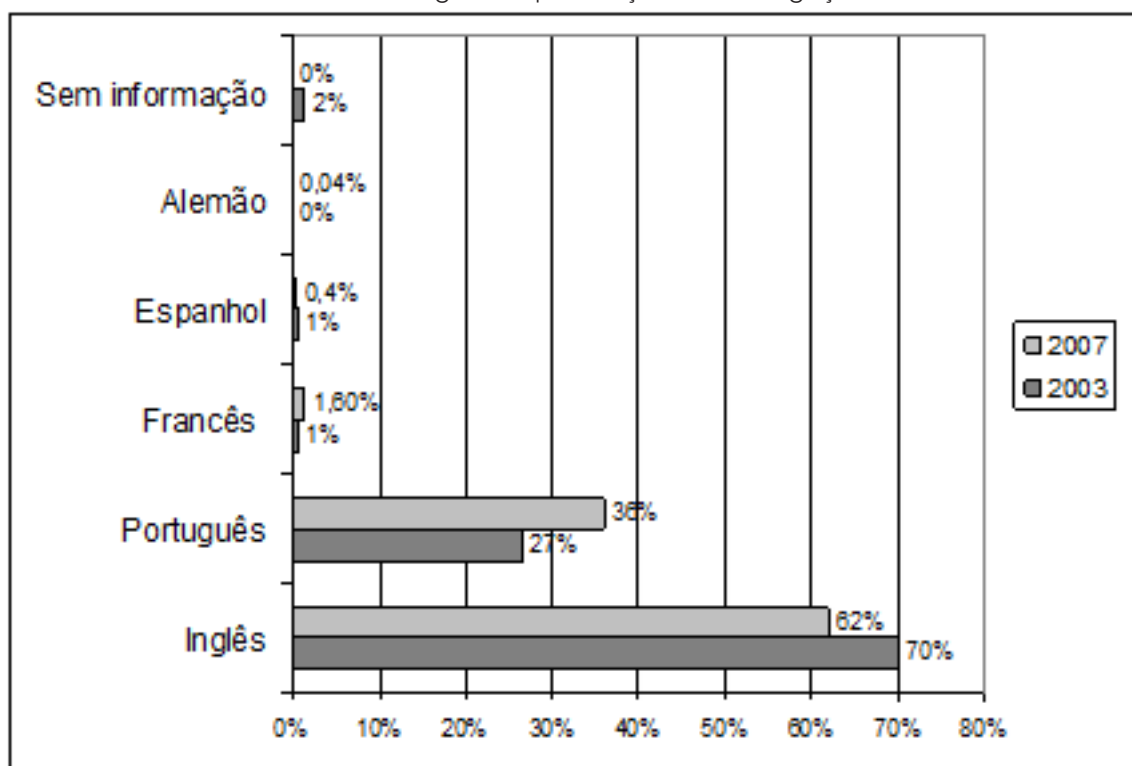


Análise dos dados

Práticas institucionais: análise documental

A análise dos Relatórios Anuais das Unidades de Investigação e dos Laboratórios Associados permite apresentar os seguintes resultados gerais, relativos a 2003 e 2007, no que concerne às línguas utilizadas na publicação científica:

Gráfico 1: Línguas na publicação da investigação

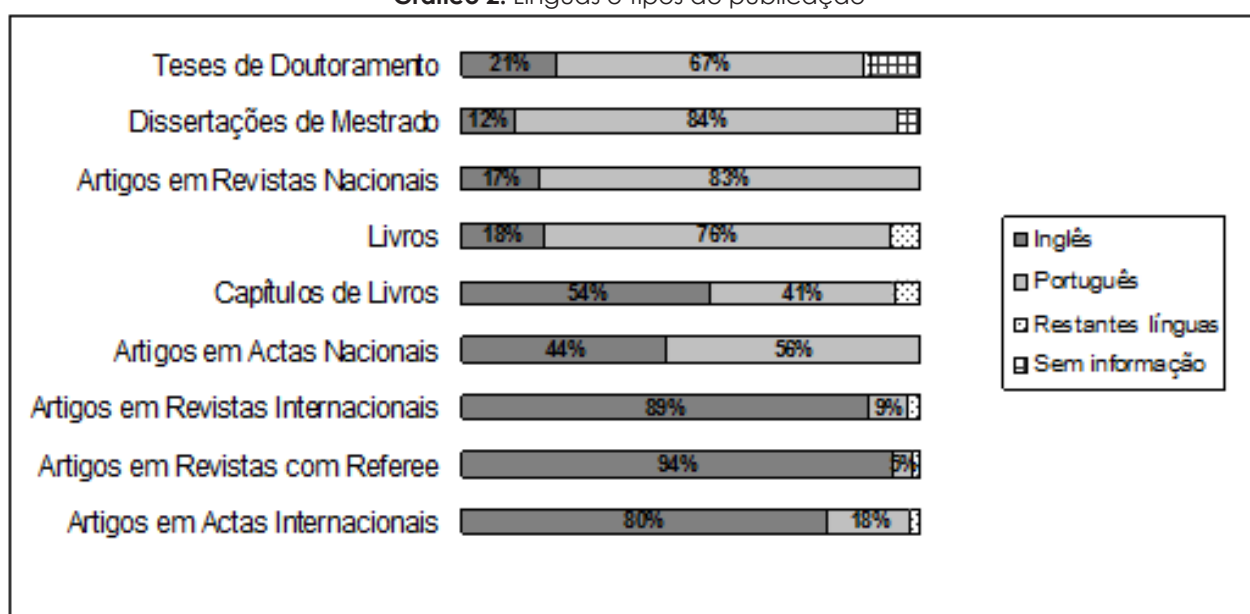


Como se pode verificar, os resultados são bastante similares em ambos os anos, sendo que a grande maioria da publicação científica da UA é redigida em língua inglesa, seguindo-se as publicações em língua portuguesa. Note-se, contudo, em 2007, o ligeiro aumento de publicações em português e o ligeiro decréscimo de publicações em inglês. As restantes línguas adquirem uma expressão insignificante.



Vejamos, de seguida, em que tipo de publicações surge com mais preponderância o inglês e o português, numa análise agregadora dos dois anos.

Gráfico 2: Línguas e tipos de publicação⁵



Pelo gráfico acima, facilmente se conclui que a língua inglesa se torna predominante quando se trata de publicar em livros de atas de congressos internacionais, em revistas com *referee*, em revistas internacionais, em capítulos de livros e está quase em pé de igualdade com a língua portuguesa quando se trata da publicação em livros de atas de congressos nacionais (realizados em Portugal). As publicações em língua portuguesa surgem, então, muito abaixo nesses contextos de publicação e apenas superam as de língua inglesa quando se trata da publicação de livros, de artigos em revistas nacionais e da literatura cinzenta (dissertações de mestrado e teses de doutoramento), que têm uma circulação privilegiada em contexto português. Relativamente às dissertações de mestrado verificamos que, em ambos os anos, são apenas redigidas em português (n.º 357) e inglês (n.º 49). No que concerne às teses de doutoramento, em 2003 são também apenas redigidas em português (n.º 35) e em inglês (n.º 17), mas em 2007 verificamos que surge a presença, ainda que ténue, de outras línguas como, por exemplo, o espanhol (n.º 2) e o francês (n.º 1).

⁵De notar que utilizámos, para o tipo de publicações, as categorias presentes nos Relatórios Anuais das Unidades de Investigação e dos Laboratórios Associados, reconhecendo-lhes, no entanto, ambiguidades (por exemplo, os "Artigos em Revistas com Referee" podem incluir publicações nacionais e internacionais).



Deste modo, todas as outras línguas surgem com parca expressão em todos os domínios de publicação científica. Ainda assim, interessa saber em que domínios cada uma delas é utilizada: o francês é mais utilizado, nos dois anos analisados, na publicação de artigos em atas de congressos internacionais (n.º 21); o espanhol, em artigos em revistas internacionais (n.º 8) e capítulos de livros (n.º 8). Com uma expressão bem mais inferior, quase inexistente, surgem o italiano e o alemão com apenas a publicação de dois artigos em revistas internacionais (um para cada língua) no âmbito dos dois anos.

Discursos institucionais: entrevistas

Um primeiro aspeto a destacar na análise das entrevistas realizadas, organizada de acordo com as três categorias anteriormente descritas, é a preponderância adquirida pelas representações referentes à *língua e internacionalização da investigação*. Efetivamente, as unidades de discurso que possam ser incluídas nas outras duas categorias - *língua como instrumento de acesso ao conhecimento científico* e como *instrumento de sucesso científico-profissional do investigador* - adquirem muito menor relevância, como se constata pelo quadro abaixo.

Quadro 3: Representações das línguas na investigação

	Sujeitos	N.º de ocorrências
Língua e internacionalização da investigação	8	23
Língua como instrumento de acesso ao conhecimento científico	5	6
Língua como instrumento de sucesso científico-profissional do investigador	2	4

Relativamente ao papel da língua na internacionalização da investigação há que sublinhar, como aliás esperado, o lugar destacado do inglês como língua, de facto, única que permite disseminar e internacionalizar o conhecimento científico, como se depreende do discurso dos entrevistados que a caracterizam globalmente das seguintes formas: “língua de comunicação científica”, “língua franca de publicação”, “língua da comunidade científica”, “língua científica”, “língua franca da ciência e da tecnologia”, “língua veicular na investigação”, caracterização que leva mesmo um entrevistado a enfatizar o seguinte: do lado da ciência vou-lhe ser muito franco/ direto/ eu diria quase cruel/ o plurilinguismo está morto/ quer dizer poderá enfim tecnicamente estar moribundo mas em termos práticos está morto (EVR_1:04) (...) do lado da ciência eu penso que a batalha está perdida/ pelo menos nas próximas gerações (EVR_1:028).



Não será, portanto, surpreendente que, no âmbito de todas as ocorrências, a língua inglesa seja referida, sendo essencialmente percebida enquanto meio de disseminação e internacionalização da ciência através da publicação de artigos em revistas científicas: publicar em inglês não só não é negativo como pode trazer algum valor acrescentado em termos de tornar conhecida a nossa investigação (ER:016). Para além das publicações, alguns sujeitos enfatizam também a utilização da língua na divulgação da ciência através da organização de encontros e conferências científicas: sabe que há coisas que são inevitáveis/ se quiser fazer um encontro para as melhores pessoas de uma certa área tem que o fazer em inglês (EAR:066).

A importância que a língua inglesa adquire, na disseminação e internacionalização do conhecimento científico, leva um entrevistado a considerar que a utilização de outras línguas (“não científicas”) na publicação funciona enquanto barreira a essa disseminação/internacionalização e como obstáculo à valorização de determinadas áreas científicas:

as pessoas das áreas das ciências sociais em Portugal precisam de mudar radicalmente o modo como estruturam a investigação e a publicam/ e têm que fazer isso como fazem os melhores investigadores do mundo anglo-saxónico/ porque é essa a língua franca que está aí/ ainda têm aí uma chance de terem um grande universo de língua francesa mas cuidado porque isso tem os dias contados/ porque a Índia é enorme e vai crescer/ vai ser uma potência científica/ que língua é que eles vão usar?/ e acha que a China vai usar o francês?/ não vai/ portanto se se quiser criar uma comunidade científica que seja reconhecida têm que publicar em inglês (EAR:018);

Faça essa percepção, o mesmo entrevistado sublinha, mesmo assim, a possibilidade de coexistência desejável das línguas inglesa e portuguesa no âmbito da publicação da investigação científica, identificando estratégias que permitam que, a longo prazo, a língua portuguesa também se possa vir a tornar uma “língua científica”:

nós começamos a ter uma rede de excelentes cientistas presentes nas redes internacionais de ciência e conhecidos/ é preciso inventar uma maneira destes cientistas contribuírem eventualmente para se criar por exemplo um lugar na net de publicação científica em português/ que tenha o mesmo valor que os papers que eles publicam em língua científica noutros lados (EAR:010);

A participação em projetos científicos de teor internacional é, também, enfatizada pelos entrevistados enquanto forma de internacionalizar a investigação, uma vez que potenciam a criação de dinâmicas internacionais. A partir da referência a alguns projetos internacionais, questionou-se os entrevistados relativamente às mais-valias que conferiam a experiências plurilingues na construção e disseminação



da ciência, do qual o projeto Galapro⁶ é um exemplo. As mais-valias indicadas pelos entrevistados relacionam-se exclusivamente com a percepção de que essas experiências potenciam a socialização com o Outro, em situações informais, e permitem a desconstrução de estereótipos:

para mim pessoalmente acho que é um aspeto extremamente enriquecedor estar a contactar com pessoas de outros países/ até porque a primeira coisa que nós vamos perder são os estereótipos/ por exemplo nessas reuniões e quando se chega à parte social há sempre um grupinho do sul sempre muito feliz/ portugueses espanhóis italianos e às vezes franceses/ se as pessoas falarem francês são muito bem-vindos no grupo do francês/ eles mantêm-se um bocadinho à parte/ mas naturalmente portugueses espanhóis e italianos dão-se maravilhosamente/ porquê?/ porque temos aspetos comuns (ERI_PE:056).

Assim, os entrevistados não identificam mais-valias desse tipo de experiências para a construção do conhecimento em si, reconhecendo-lhe um “valor limitado”:

eu vejo que estas experiências e cenários são / são extremamente relevantes/ é ótimo que aconteçam (EAR:024) (...) são projetos de construção de modos de convivência entre línguas/ mas têm esse valor limitado/ cuidado/ portanto são projetos experimentais e são projetos para certa gente/ são projetos para gente que tem essa capacidade/ portanto têm valor/ têm valor (...) eu vejo um enorme interesse que a nossa gente da área das línguas e da linguística etc se metam neste projeto/ mas esse projeto é um caminho diferente de um outro que tem em vista um outro universo de intervenção (EAR:026).

Pode dizer-se que estas representações vão ao encontro do que é resumido de forma clara por um dos entrevistados: na investigação e na ciência que é uma ciência globalizada que não tem fronteiras geográficas ahm/ a questão da gestão de línguas é muitíssimo mais difícil e é mais fácil ao mesmo tempo (...) a ciência digamos toma conta de si própria através do uso da língua inglesa (EC_AMIP:010).

Se a língua inglesa é considerada fulcral na internacionalização da investigação, é, naturalmente, também, considerada a língua que permite aceder ao conhecimento científico no âmbito de publicações e da comunicação em congressos e reuniões:

se eu estiver num congresso e tiver que apresentar um paper e tiver que falar com alguém que só vi ali na altura e tiver que perceber o que ele está a fazer a língua de comunicação é o inglês/ e nós somos prejudicados em Portugal se não falarmos corretamente expeditamente o inglês/ e portanto neste momento eu acho que isto na maioria das universidades já se passa/ quer dizer a comunidade científica fala inglês (ER:018);

Assim, nas vozes dos entrevistados, o não domínio dessa língua fará com que indivíduos e sociedades tenham grandes dificuldades em se manter informados

⁶ Galapro – Formation de Formateurs à l'Intercompréhension en Langues Romanes. www.galapro.eu.



relativamente ao que de mais importante se faz em ciência, o que contribui para um certo “isolamento” e “atraso de desenvolvimento”: nunca podemos desprezar a publicação em língua inglesa porque ficaremos segregados do resto do mundo (EVR_FPG:06).

De realçar que esta perceção colide com a importância, referida por um dos entrevistados, de tornar a investigação científica acessível aos destinatários, que no caso da área da educação não serão apenas os pares dos investigadores mas, talvez essencialmente, toda a comunidade educativa, nomeadamente os professores:

nunca podemos desprezar a publicação em língua inglesa porque ficaremos segregados do resto do mundo// o nosso problema é compatibilizar isso com aqueles que são os nossos deveres de contribuir para o aumento do conhecimento junto dos destinatários/ quem quiser intervir no domínio da educação tem que pensar nos professores (EVR_FPG:06).

Esta vontade e necessidade de o investigador ver a sua investigação reconhecida pelos destinatários no terreno, que o impele a publicar em língua portuguesa, antagoniza-se com a necessidade de publicação em língua inglesa enquanto instrumento do seu sucesso científico-profissional (a nível nacional e internacional). Deste modo, torna-se de suma importância que os resultados da sua investigação sejam reconhecidos pela comunidade científica em que se insere: penso que os investigadores estão muito conscientes que os seus trabalhos terão sempre mais citações se estiverem em inglês (EC_AMIP:010).

Este reconhecimento é tanto mais importante quanto cada vez mais os investigadores são avaliados pelas instituições em função do impacto da sua investigação:

eu vou ter sempre é cuidado com a versão inglesa porque eu não quero apenas que o meu artigo seja publicado/ eu quero que o meu artigo seja citado/ por isso é que é difícil quebrar este ciclo/ porque cada vez mais a avaliação das pessoas na sua vertente de investigação é pelo impacto do seu trabalho (EVR_I:032);

Ainda que não seja, diretamente, referido pelos entrevistados, para além da importância que a publicação em língua inglesa adquire na avaliação dos investigadores, a avaliação das Unidades de Investigação e Laboratórios Associados (da qual depende o financiamento que lhes é atribuído) tem, também, em conta a publicação, pelos seus membros, em revistas com fator de impacto, maioritariamente de língua inglesa. Assim, trata-se da necessidade dialética de obtenção de reconhecimento individual e institucional.



Discussão e conclusões

A análise dos dados permite concluir que há uma relação de convergência entre o papel das línguas nas práticas investigativas na UA e as representações dos entrevistados face ao estatuto e funções que adquirem na investigação. Assim, verifica-se que o inglês se assume, tanto nas práticas como nos discursos, enquanto instrumento primordial no processo de internacionalização da ciência que se faz na instituição, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais. Por outro lado, e numa perspetiva contrária, a utilização de outras línguas para disseminação da ciência é percebida enquanto barreira à internacionalização do conhecimento científico, o que conduz à desvalorização de algumas áreas científicas e à falta de reconhecimento científico-profissional dos investigadores.

Esta ideia vai ao encontro do exposto na contextualização teórica quanto à forma como o inglês se impõe atualmente no âmbito da investigação científica levada a cabo pelas IES, adquirindo o estatuto de “língua da ciência”. De facto, nos nossos dados sobressai a defesa de uma “ciência monolíngue”, sem que sejam equacionadas as potenciais vantagens (epistémicas, heurísticas e funcionais, cf. Coste, 2010) de uma “ciência plurilíngue”. Desta forma, o estatuto adquirido pela língua inglesa na investigação científica da UA parece “s’opérer aux dépens d’une langue nationale de faible diffusion, au risque que celle-ci soit dépossédée de son potentiel propre d’expression scientifique ou empêchée de se développer” (Coste, 2010, p.53).

Evidentemente, a preponderância da língua inglesa nas práticas investigativas da UA segue uma tendência global que se tem vindo a instalar no seio das IES e que tem vindo a ser analisada em diversos estudos (Ljosland, 2005; Phillipson, 2003; Tudor, 2006). Esta tendência relaciona-se com a necessidade institucional de implementar estratégias de internacionalização, que a nível europeu tem vindo a ser enfatizada pelo Processo de Bolonha e que a nível global se relaciona com a transformação da educação universitária em mercado educacional, tal como defendido pela Organização Mundial do Comércio no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços.

A par com esta preponderância da língua inglesa, a análise deixa ainda vislumbrar uma tensão principal na gestão das línguas com que se faz a ciência na UA: a gestão das dimensões local e global do conhecimento produzido. Essa tensão faz-se diagnosticar em duas frentes: a do impacto da investigação produzida e a dialética processos-produtos do conhecimento científico. Assim, e atendendo



à primeira daquelas frentes, se se reconhece o valor, mesmo que simbólico, que o inglês acrescenta à investigação realizada, dando-lhe relevância a nível internacional e “voz” aos seus investigadores, também é verdade que se admite um certo sentimento de perda em termos de influência sobre o público-alvo (nomeadamente na área da educação). Deste modo, é sobretudo de impacto que se fala quando se discute a mobilização de diferentes línguas pela/na ciência: que línguas usar para que impactos pretendidos em termos de disseminação e de divulgação? A pergunta que se poderia ainda colocar, decerto de contornos mais epistemológicos e éticos, seria então: quem são afinal os “públicos” da ciência, como se chega a eles e com que objetivos?

Uma forma de lidar com esta tensão, à primeira vista definida de modo bipolarizado, passará pelo reconhecimento de que os seus dois polos não são incompatíveis e que, no âmbito do que poderemos denominar de um “multilinguismo estratégico”, diferentes línguas poderão adquirir diferentes funções e papéis conforme os contextos e necessidades institucionais e individuais, no âmbito de uma perspetiva pragmática e de complementaridade. Isto passará por considerar a língua inglesa como uma “porta” ou “ponte” para o plurilinguismo e para o desenvolvimento de competências plurilingues e interculturais nos sujeitos, como tem sido defendido por diversos autores nos últimos anos (Hemming, Klein & Reissner, 2011; Forlot, 2010; Moreira, 2006), ao invés de ser considerada língua única da academia e sua internacionalização. Com efeito, ao tomar-se a língua inglesa como um objeto “fronteiriço”, que viabiliza a confluência de diferentes línguas e culturas, mais facilmente se desconstruirá a representação de algumas línguas enquanto barreiras, contribuindo para serem percecionadas enquanto verdadeiras possibilidades e potencialidades para os sujeitos e para as instituições.

Referências bibliográficas

- Arriscado Nunes, J. (2010). A avaliação da investigação em Ciências Sociais: estará a monocultura da avaliação a promover a irrelevância? 1ª Sessão Plenária do I ENJIE Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro, 08-09 de outubro. Disponível em <http://cms.ua.pt/enjie/?q=node/28b> (acedido a 09 de setembro de 2011).
- Axt, M. (2004). O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n1/v16n1a06.pdf> (acedido a 01 de outubro de 2011).
- Bergan, S. (2001). Language policies in higher education. Introduction to a debate.



- Disponível em http://www.see-educoop.net/education_in/pdf/lang-policy-higheredu-oth-enl-t02.pdf (acedido a 30 de novembro de 2006).
- Berthoud, A.-C. (2010). Introduction. In *Les enjeux du plurilinguisme pour la construction et la circulations des saviors* (pp. 5-8). Bern: Académie Suisse des Sciences Humaines et Sociales.
- Berthoud, A.-C. (2008). Un campe de recherche à inventer. In N. Lauridsen & D. Toudic (Ed.), *Languages at work in Europe* (pp. 127-137). Göttingen: V. & R. Unipress.
- Chardenet, P. (2009). Des langues pour les sciences et des sciences pour les langages: la dynamiqué de la diversité. In F. Aligny, A. Guillaume, B. Nieder, F. Rastier, C. Tremblay & H. Wismann (Dir.), *Plurilinguisme, interculturalité et emploi: défis pour l'Europe* (pp. 185-190). Paris: L'Harmattan.
- Comissão das Comunidades Europeias (2006). Realizar a agenda da modernização das universidades: ensino, investigação e inovação. Bruxelas, COM (2006) 208 final. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0208:FIN:PT:DOC> (acedido a 22 de junho de 2007).
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística: um plano de acção 2004-2006. Bruxelas, COM (2003) 449 final. Disponível em http://ec.europa.eu/education/doc/official/keydoc/actlang/act_lang_pt.pdf (acedido a 15 de novembro de 2006).
- Conselho da União Europeia (2007). Resolução do Conselho sobre a modernização das universidades para a competitividade da Europa numa economia mundial baseada no conhecimento. Disponível em <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/07/st16/st16096-re01.pt07.pdf> (acedido a 18 de maio de 2008).
- Coste, D. (2010). Variation linguistique et construction des connaissances. In *Les enjeux du plurilinguisme pour la construction et la circulations des saviors* (pp. 49-61). Bern: Académie Suisse des Sciences Humaines et Sociales.
- Cox, T. (2008). Speaking of diversity. In P. Köppel & D. Sandner (Org.), *Synergy by diversity. Real life examples of cultural diversity in corporations* (pp. 22-25). Gütersloh: Bertelsmann Stiftung.
- Denman, B. (2005). What is a university in the 21st century? *Higher Education Management and Policy*, 17(2), 9-29.
- Falagas, M., Fabritsi, E., Chelvatzoglou, F., & Rellos, K. (2005). Penetration of the English language in science: the case of a German national interdisciplinary critical care conference. *Critical Care*, 9, 655-656.



- Forlot, G. (2010). Place de l'anglais et paradoxes des apprentissages langagiers à l'école. *Les Cahiers de l'Acadéle*, 7, 97-124.
- Garcia, J. (2000). Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI). *Ciência da Informação*, 29(1), 103-117.
- Hamel, R. (2007). The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. *AILA Review*, 20, 53-71.
- Hemming, E., Klein, H., & Reissner, C. (2011). English – the bridge to the romance languages. Aachen: Editiones EuroCom.
- Kelly, M. (2003). Les mains sales: engaging with policy for languages in higher education. In D. Head et al. (Ed.), *Setting the agenda for languages in higher education* (pp. 101-116). London: CILT.
- Ljosland, R. (2005). Norway's misunderstanding of the Bologna Process: when internationalisation becomes Anglicisation. Disponível em <http://www.palmenia.helsinki.fi/congress/bilingual2005/presentations/Ljosland.pdf> (acedido a 03 de setembro de 2008).
- Lüdi, G. (2010). La plus-value de la diversité linguistique pour la créativité d'équipes mixtes dans des contextes de recherche. In *Les enjeux du plurilinguisme pour la construction et la circulations des saviors* (pp. 21-36). Bern: Académie Suisse des Sciences Humaines et Sociales.
- Mackiewicz, W. (2009). Institutional language strategies: a balancing act between the internationalisation of higher education, national and EU policies, and labour market expectations. Comunicação oral apresentada no Seminário Institutional language strategies in European higher education, organizado pela Academic Cooperation Association (ACA). Bruxelas, 04 de dezembro de 2009.
- Melo-Pfeifer, S. (2010). Rapport d'accompagnement du travail d'un reseau de recherche plurilingue a distance en didactique des langues. Disponível em <http://www.galapro.eu/wpcontent/uploads/2010/06/rapporttravail-des-chercheursfinal4.pdf> (acedido a 15 de março de 2011).
- Meneghini, R., & Packer, A. (2007). Is there science beyond English? *EMBO Reports*, 8(2), 112-116.
- Mondada, L. (2003). La science polyglote: conditions et possibilités des interactions scientifiques plurilingues. In *Actes du Colloque de l'Académie Suisse des Sciences Humaines et Sociales – Langues et production du savoir* (pp. 33-42). Bern: SAGW.



- Mondada, L. (2000). La construction du savoir dans les discussions scientifiques. Apports de la linguistique interactionnelle et de l'analyse conversationnelle à la sociologie des sciences. *Revue Suisse de Sociologie*, 26(3), 615-636.
- Moreira, G. (2006). Globality and interculturality in the teaching of English. In R. Bizarro (Ed.), *A escola e a diversidade cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e Educação* (pp. 190-200). Lisboa: Areal Editores.
- Phillipson, R. (2003). *English-only Europe? Challenging language policy*. London: Routledge.
- Pinto, S. (2012). *As línguas na universidade de Aveiro: discursos e práticas*. Tese de doutoramento (não publicada). Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/8112> (acedido a 24 de setembro de 2013).
- Spolsky, B. (2004). *Language policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tudor, I. (2008). Higher education language policy: why and how? In N. Lauridsen & D. Toudic (Ed.), *Languages at work in Europe* (pp. 51-64). Göttingen: V. & R. Unipress.
- Tudor, I. (2006). Les stratégies multilingues des universités européennes dans l'EEES. Disponível em http://www.llengua.info/15trob_slv/intervencions/1.rtf (acedido a 13 de junho de 2007).
- Tudor, I. (2005). The challenge of the Bologna Process for higher education language teaching in Europe. Disponível em http://userpage.fu-berlin.de/~enlu/downloads/Bologna_ENLU_ok.rtf (acedido a 11 de junho de 2007).